



# PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA BONITA

## Estado de Minas Gerais

Este ato foi afixado no quadro de publicações desta Prefeitura Municipal no período de 25/04/23 a 25/05/23 conforme LOM. Pedra Bonita - MG 25.04.23

Sanciono presente lei em

Lei nº 497/2023  
De 25 de abril de 2023.

ASSINATURA DO RESPONSÁVEL

25 / 04 / 2023  
*Sebastião de Oliveira*  
Sebastião de Oliveira  
Prefeito Municipal

“Introduz modificações na Lei Municipal nº 400, de 15 de maio de 2018, e dá Outras Providências.”

O Povo do Município de Pedra Bonita, Estado de Minas Gerais, por seus Representantes na Câmara Municipal aprovou, e eu, **Sebastião de Oliveira**, Prefeito do Município, em seu nome, sanciono a seguinte lei:

**Art. 1º** Fica criado o cargo de Nutricionista, com a alteração do Anexo IV – B da Lei Municipal n.º 400/2018, criado pela Lei Municipal n.º 477, de 1º de julho de 2022.

ANEXO IV – B				
QUADRO DE CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO				
A2 - Grupo de Nível Superior de Escolaridade (NS) – Quadro Geral				
Denominação dos Cargos	Código de Classes	Nº de Vagas	Símbolo de Vencimentos	Carga Horária
Assistente Social	NS 12	02	P 04	30 horas semanais
Farmacêutico	NS 13	01	P 02	40 horas semanais
Supervisor de Recursos Humanos	NS 14	01	P 03	40 horas semanais
Enfermeiro (a)	NS 15	03	P 02	40 horas semanais
Enfermeiro (a) ESF	NS 16	04	P 02	40 horas semanais
Dentista	NS 17	05	P 02	40 horas semanais
Médico (a)	NS 18	03	P 01	40 horas semanais
Psicólogo	NS 19	02	P 04	30 horas semanais
Nutricionista	NS 20	01	P 04	30 horas semanais
<b>Total</b>		<b>20</b>		

**Art. 2º** Ficam criadas mais 4 (quatro) vagas no cargo de Motorista – CNH D, com a alteração do Anexo IV – F da Lei Municipal n.º 400/2018, criado pela Lei Municipal n.º 477, de 1º de julho de 2022.

ANEXO IV – F				
QUADRO DE CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO				
D - Grupo de Nível Elementar de Escolaridade - NE				
Denominação dos Cargos	Código de Classes	Nº de Vagas	Símbolo de Vencimentos	Carga Horária
Coveiro	NE 01	02	P 10	40 horas semanais
Encarregado de Turma	NE 02	01	P 10	40 horas semanais
Encarregado Geral	NE 03	01	P 03	40 horas semanais
Faxineiro	NE 04	13	P 10	40 horas semanais
Motorista - CNH B	NE 05	16	P 06	40 horas semanais
Motorista - CNH C	NE 06	02	P 06	40 horas semanais
Motorista - CNH D	NE 07	18	P 06	40 horas semanais



# PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA BONITA

## Estado de Minas Gerais

Operador de ETE	NE 08	02	P 04	40 horas semanais
Operador de Máquinas	NE 09	04	P 05	40 horas semanais
Pedreiro	NE 10	05	P 06	40 horas semanais
Servente de Pedreiro	NE 11	06	P 10	40 horas semanais
Servente Escolar	NE 12	50	P 10	40 horas semanais
Serviçal	NE 13	40	P 10	40 horas semanais
Vigia Rondante	NE 14	08	P 10	40 horas semanais
Auxiliar de Limpeza	NE 15	06	P 10	40 horas semanais
Agente de Coleta de Lixo	NE 16	05	P 10	40 horas semanais
Zelador	NE 17	03	P 10	40 horas semanais
Operador de Estação de Tratamento de Água - ETA	NE 18	04	P 10	40 horas semanais
<b>Total</b>		<b>186</b>		

**Art. 3º** O art. 81 da Lei Municipal nº 400, de 15 de maio de 2018, passa a vigorar com seguinte redação:

*“Art. 81 A gratificação para o exercício das funções de Agente de contratação, Pregoeiro, Gestor/Fiscal de Contrato será de 80% (oitenta por cento) sobre os vencimentos.*

*I – Revogado;*

*II – Revogado.*

*Parágrafo único À mesma gratificação fará jus os servidores que forem designados para atuarem junto à Comissão de contratação.”*

**Art. 4º** O art. 82 da Lei Municipal nº 400, de 15 de maio de 2018, passa a vigorar com a seguinte redação:

*“Art. 82 O Servidor designado para atuar na Equipe de Apoio ao Agente de Contratação, Pregoeiro ou Comissão de Contratação fará jus a gratificação no percentual de 40% sobre os vencimentos.*

*I – Revogado;*

*II – Revogado.”*

**Art. 5º** Ficam modificadas as atribuições dos cargos de Assistente Social e Psicólogo, constantes do Anexo IX da Lei Municipal nº 400, de 15 de maio de 2018:

### ANEXO IX

#### DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

#### POR CARGO

#### **Cargo: ASSISTENTE SOCIAL**

**Descrição sintética:** Prestar serviços sociais orientando indivíduos, famílias, comunidade e instituições sobre direitos e deveres (normas, códigos e legislação), serviços e recursos sociais e programas sociais e de educação; planejar, coordenar e avaliar planos, programas e projetos sociais nas áreas da educação e assistência social, de acordo com sua área de lotação; Assessorar nas atividades de ensino, pesquisa e extensão.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA BONITA

## Estado de Minas Gerais

### Atribuições típicas:

- I. Ampliar o acervo de informações e conhecimentos acerca do social, das expressões da questão social e dos preconceitos existentes na sociedade brasileira (racismo, machismo, homofobia, gênero, etc.) na comunidade escolar;
- II. Efetivar pesquisas que possam contribuir com a análise da realidade social dos estudantes/famílias e também os profissionais da educação;
- III. Fortalecer e propiciar a abertura de canais de inferência dos atores da comunidade escolar nos processos decisórios da escola;
- IV. Efetivar a articulação da política de educação com as demais políticas sociais, incluindo efetivamente a “escola” na rede de proteção integral a criança e ao adolescente, facilitando o acesso das famílias/estudantes aos direitos sociais;
- V. Fortalecer a efetivação de ações coletivas no interior das unidades educacionais;
- VI. Disponibilizar campos de estágio supervisionado adequado às exigências da formação profissional explicitados pelas Diretrizes Curriculares da ABPESS e Política Nacional de Estágio Supervisionado, contribuindo no processo de formação profissional de assistentes sociais para atuar na área da educação;
- VII. Efetivar processo de sistematização da experiência profissional contribuindo com a produção do conhecimento sobre o serviço social na educação;
- VIII. Participar das instâncias de controle social – conselhos municipais de educação com intuito de contribuir no planejamento de políticas educacionais na direção de efetivação da educação escolarizada como direito social;
- IX. Participar efetivamente no processo de construção do Projeto Político Pedagógico da Escola;
- X. Subsidiar a elaboração de projetos pedagógicos, planos e estratégias, a partir de conhecimentos de políticas sociais, bem como do exercício e da defesa dos direitos civis, políticos e sociais da coletividade;
- XI. Favorecer a relação família-escola-território ampliando o espaço de participação destas na escola, incluindo a mesma no processo educativo.
- XII. Participar da elaboração, execução e avaliação de políticas públicas voltadas à educação;
- XIII. Intermediar e facilitar o processo de ensino-aprendizagem de modo a assegurar a universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como sua gestão democrática;
- XIV. Intervir e orientar situações de dificuldades no processo de ensino- aprendizagem, evasão escolar, atendimento educacional especializado;
- XV. Garantir a qualidade de serviços do estudante infante-juvenil, de modo a garantir o pleno desenvolvimento da criança e do adolescente como sujeitos de direitos;
- XVI. Aprimorar a relação entre a escola, a família e a comunidade de modo a promover a eliminação de todas as formas de preconceito;
- XVII. Favorecer o processo de inclusão e permanência do estudante com necessidades educativas especiais na perspectiva da inclusão escolar;
- XVIII. Atuar junto às famílias no enfrentamento das situações de ameaça, violação e não acesso aos direitos humanos e sociais;
- XIX. Realizar assessoria técnica junto à gestão escolar, bem como participar de espaços coletivos de decisões;
- XX. Fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso, da permanência e do aproveitamento escolar dos beneficiários de programas de transferência de renda;
- XXI. Contribuir na formação continuada de profissionais da rede pública de educação básica.
- XXII. A atuação do assistente social no âmbito da rede pública de educação básica dar-se-á na observância das leis, regulamentações, instrumentais teóricos e metodológicos do Serviço Social.
- XXIII. Acolhida, oferta de informações e realização de encaminhamentos às famílias usuárias do CRAS;
- XXIV. Mediação dos processos grupais do serviço socioeducativo para famílias;
- XXV. Realização de atendimento individualizado e visitas domiciliares as famílias referenciadas ao CRAS;
- XXVI. Desenvolvimento de atividades coletivas e comunitárias no território; assessoria aos serviços socioeducativos desenvolvidos no território; acompanhamento das famílias em descumprimento de condicionalidades;
- XXVII. Alimentação de sistema de informação, registro das ações desenvolvidas e planejamento do trabalho de forma coletiva;



# PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA BONITA

## Estado de Minas Gerais

XXVIII. Articulação de ações que potencializem as boas experiências no território de abrangência.

**Requisitos para provimento:** a) Idade Mínima: 18 (dezoito) anos. b) Escolaridade Mínima: Habilitação legal para o exercício da Profissão.

**Instrução:** *Curso* superior de Serviços Sociais

**Cargo:** PSICÓLOGO

**Descrição sintética:** Relacionar o cumprimento, com as situações, condições e outras condutas dos indivíduos para atendimento ou orientação individual e grupal, tanto na Psicologia Clínica, Escolar, Organizacional e Comunitária, bem como na Secretaria de Assistência Social, de acordo com a lotação.

**Atribuições típicas:** Ficam estabelecidas as atribuições do cargo de PSICÓLOGO como segue:

- I. Promover o acompanhamento e o atendimento psicológico aos alunos da rede municipal;
- II. Prestar acompanhamento psicológico aos alunos quando necessário;
- III. Realizar psicodiagnósticos para fins de avaliação das condições pessoais do aluno e da instituição;
- IV. Realizar quando necessário, visitas domiciliares, devidamente autorizadas;
- V. Desenvolver programas específicos que atendam as necessidades psicológicas dos alunos;
- VI. Utilizar métodos e técnicas psicológicas e terapia breve e grupal. Com objetivos de diagnósticos psicológicos;
- VII. Orientar psicopedagogicamente e solucionar problemas de ajustamento;
- VIII. Manter atualizados prontuários de atendimento;
- IX. Preencher relatórios necessários à comprovação do atendimento;
- X. Realizar perícias e emitir pareceres sobre a matéria de psicologia que envolva alunos, enquanto no desempenho das suas funções;
- XI. Prestar assessoramento na área de sua competência;
- XII. Subsidiar a elaboração de projetos pedagógicos, planos e estratégias a partir de conhecimentos da Psicologia e do desenvolvimento aprendizagem;
- XIII. Participar da elaboração, execução e avaliação de políticas públicas voltadas à educação;
- XIV. Promover processos de ensino-aprendizagem mediante intervenção psicológica;
- XV. Orientar ações e estratégias voltadas a casos de dificuldades nos processos de ensino-aprendizagem, evasão escolar, atendimento educacional especializado;
- XVI. Realizar avaliação psicológica ante as necessidades específicas identificadas no processo ensino-aprendizado;
- XVII. Auxiliar equipes da rede pública de educação básica na integração comunitária entre a escola, o estudante e a família;
- XVIII. Contribuir na formação continuada de profissionais da educação;
- XIX. Oferecer programas de orientação profissional;
- XX. Avaliar condições sócio históricas presentes na transmissão e apropriação de conhecimentos;
- XXI. Promover relações colaborativas no âmbito da equipe multiprofissional e entre a escola e a comunidade;
- XXII. Colaborar com ações de enfrentamento à violência e aos preconceitos na escola.
- XXIII. Executar outras atribuições correlatas, integrantes do universo de funções da profissão de psicólogo.
- XXIV. A atuação do psicólogo na rede pública de educação básica de ensino dar-se-á na observância das leis, regulamentações, instrumentais teóricos e metodológicos da Psicologia.
- XXV. Definir, junto com a equipe técnica, os meios e as ferramentas teórico-metodológicos de trabalho social com famílias e dos serviços de convivência;
- XXVI. Contribuir para avaliação, à ser feita pelo gestor, da eficácia, eficiência e impactos dos programas, serviços e projetos na qualidade de vida dos usuários;
- XXVII. Planejar e coordenar o processo de busca ativa no território de abrangência do CRAS, em consonância com diretrizes da Secretaria de Assistência Social;



# PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA BONITA

## Estado de Minas Gerais

- XXVIII. Participar de reuniões de planejamento promovidas pela Secretaria de Assistência Social (do município ou do DF),
- XXIX. contribuindo com sugestões estratégicas para a melhoria dos serviços a serem prestados;
- XXX. Participar de reuniões sistemáticas na Secretária Municipal, com presença de coordenadores de outro(s) CRAS
- XXXI. (quando for o caso) e de coordenador (ES) do CRAS (ou, na ausência deste, de representante da proteção especial).
- XXXII. Demais atribuições concernentes aos serviços de coordenação de projetos sociais do município.
- XXXIII. Mediação de grupos de famílias dos PAIF;
- XXXIV. Realização de atendimento particularizado e visitas domiciliares às famílias referenciadas ao CRAS;
- XXXV. Desenvolvimento de atividades coletivas e comunitárias no território;
- XXXVI. Apoio técnico continuado aos profissionais responsáveis pelo(s) serviço(s) de convivência e fortalecimento de
- XXXVII. Vínculos desenvolvidos no território do CRAS;
- XXXVIII. Acompanhamento de famílias encaminhadas pelos serviços de convivência.

**Requisitos para provimento:** a) Idade Mínima: 18 (dezoito) anos. b) Escolaridade Mínima: Habilitação legal para o exercício da Profissão.

**Instrução:** *Curso superior de Psicologia*

**Art. 6º** Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 7º** Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Pedra Bonita, aos 25 de abril de 2023.

**Sebastião de Oliveira**  
Prefeito Municipal